



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER (EM CONJUNTO)

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

**Matéria:** Projeto de Lei nº 09/2022.

**Data:** 06 de abril de 2022.

**Autoria:** Poder Executivo.

**Súmula:** "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 E A PROMOVER ALTERAÇÕES NO PLANO PLURIANUAL 2022-2025, E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2022."

#### 1. RELATÓRIO

A matéria em análise trata-se de Projeto de Lei do Executivo nº 09/2022, com a finalidade abrir um crédito adicional especial no exercício de 2022 e promover alterações no PPA e da LDO.

O projeto em exame trata da inclusão do elemento de despesa 3339036000 (outros serviços de pessoa física), na ação orçamentária de Manutenção da Educação Infantil - CMEIS, utilizando recursos oriundos do superávit financeiro do exercício anterior fonte 104 (Educação 25%). Também se solicita a inserção dos elementos de despesa 3319094000 (indenizações e restituições trabalhistas) e 33390930000 (Indenizações e restituições) a fim de identificar o pagamento de honorários advocatícios relacionados Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município de Campo Largo.

É o sucinto relatório.

#### 2. DO PARECER

A matéria é de competência destas comissões para elaboração do referido parecer, nos termos do artigo 42 e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Sob o aspecto de juridicidade, a proposição reuni os requisitos de regularidade formal, com a iniciativa de proposições em matéria de ordem orçamentária ao



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Prefeito Municipal, conforme o Art. 67 da Lei Orgânica, e autorização Legislativa da Câmara Municipal para abertura de Crédito Adicional Especial.

Quanto aos requisitos constitucionais, a proposição atende ainda aos requisitos elencados no art. 167, inciso V da Constituição, de modo a autorizar por lei despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

Já a Lei 4320/64 em seu art. 43, §1º determina que a abertura de crédito suplementar ou especial depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, conforme é indicado no Projeto e será precedida de justificativa, conforme explicitado no Ofício 12/2022.

A proposição ainda apresenta boa técnica legislativa, nos moldes do que recomenda a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

Feitas estas considerações sobre a juridicidade, constitucionalidade e legalidade, o projeto se encontra juridicamente apto para tramitação nesta Casa de Leis.

### 3. CONCLUSÃO

Expostas as razões, verifica-se que o Projeto nº 09/2022 está amparado na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa de Leis, **DEVENDO PARA TANTO SER ACOLHIDO**.

Por isso, vota-se pela sua aprovação.



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## RESULTADO DA VOTAÇÃO

### PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

As Comissões em reunião realizada no dia 06 de abril de 2022, opinaram pela constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa e, no mérito, opinam pela aprovação do Projeto de Lei nº 09/2022.

#### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
DR. JOÃO FREITA

Presidente

  
LUIZ SCERVENSKI

Relator

  
GENÉSIO DOS SANTOS

Membro

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

  
MÁRCIO ÂNGELO BERALDO

Presidente

  
DR. JOÃO FREITA

Relator

  
LUIZ SCERVENSKI JUNIOR

Membro